



Comissão aprova a revisão orçamentária do semestre

A ministra Zélia Cardoso de Mello conseguiu a adesão da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional à sua tentativa de conquistar neste ano um superávit de 1,22% do PIB (Produto Interno Bruto). A revisão orçamentária para este segundo semestre, que limita as despesas do Governo em Cr\$ 2,5 trilhões, foi aprovada praticamente sem alterações pela Comissão e será votada em plenário na próxima semana. Mas, em plena campanha eleitoral, deputados e senadores impuseram ao Governo um gasto extraordinário de Cr\$ 6 bilhões (menos de 0,4% do total) com a aprovação de 400 emendas, que determinam a construção de creches, estradas e hospitais para suas bases políticas. A bancada do Nordeste foi a mais beneficiada.

Em menos de uma hora, a Comissão aprovou a revisão orçamentária, que demandou quatro meses de trabalho do Governo. Apenas cinco senadores e 21 deputados estavam presentes, sendo que o quorum mínimo de votação é de doze senadores e 32 deputados. "Não podemos emperrar a máquina administrativa. Temos de fazer o possível", ponderou o deputado Cid Carvalho (PMDB-CE), presidente da Comissão de Orçamento, justificando a ausência de parlamentares e a votação relâmpago. Para que a

ausência dos parlamentares em campanhas não atrapalhe a administração federal nos próximos meses, a comissão aprovou uma delegação de poderes ao Executivo até o final do ano, que foi incluída pelo próprio Governo.

Cheque em branco

Assim, todo excesso de arrecadação de recursos por órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser administrado pelo governo, até dezembro, sem qualquer votação do Congresso — tradicionalmente, o Legislativo tem de aprovar qualquer dotação extra de orçamento. Como o Governo levou em conta uma estimativa de inflação zero para efeito de montagem dos orçamentos e a média dos últimos dois meses é 10%, é certo que haverá uma arrecadação extra. A Comissão do Orçamento abriu mão inclusive, de opinar sobre a destinação de receitas extraordinárias do Banco Central. Apenas a arrecadação fiscal terá de ser submetida a votação do Congresso. "É um cheque em branco", admitiu Cid Carvalho.

O deputado João Alves (PFL-BA), relator da revisão do orçamento, disse que o Governo "apertou demais os gastos", prevendo que um nova revisão será necessária. Assessores do governo confir-

mavam sua previsão: o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, deve apresentar uma nova revisão em outubro, porque a estimativa de inflação zero não se concretizou, além da queda do PIB pelo efeito recessivo do plano Collor. Essa segunda revisão será obrigatória, porque a delegação de poderes dada ao Executivo não inclui o orçamento fiscal.

Apesar de elogiar o presidente Collor pela tentativa de conter gastos públicos, Alves acolheu cerca de 400 das quase 1.700 emendas à revisão apresentadas pelos parlamentares. "O critério foi dar a quem tem mais fome", disse o deputado, que cumprimentava representantes da Procuradoria Geral da República, da Fundação Getúlio Vargas e da Casa de Rui Barbosa, agraciados com verbas, na mesa de votações. Metade dos Cr\$ 6 bilhões destinados pelas emendas foram tirados dos Cr\$ 8,8 bilhões da reserva de contingência da Presidência da República — dinheiro usado para calamidades sociais. A outra metade não alterou o orçamento: Alves apenas discriminou gastos específicos, como a construção de uma escola, em destinações genéricas, como a verba do Ministério da Educação.